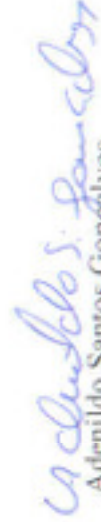


Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta minutos, na Sede do SINDICIL, situado na Rua Coronel Pacheco n.º 873, Bairro Predial, município de Torres/RS, em segunda chamada, teve início mais uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada através de Edital publicado na forma da Lei. Para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Deliberar sobre a conveniência ou não de negociar para realização de acordo que enseje Convenção Coletiva; 2) Caso afirmativo, discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações que determinará as bases do pedido a serem pleiteadas; 3) Deliberar sobre a conveniência ou não opção pelo arbitramento; 4) Em caso de malogro das negociações ou negativa de formalização de Convenção Coletiva, deliberar sobre a conveniência ou não de instauração de revisão de Dissídio Coletivo Originário, caso afirmativo, base do pedido; 5) Deliberar sobre a autorização à Diretoria da Entidade Sindical e Comissão de Negociação da Federação dos Trabalhadores para negociarem com as categorias econômicas, podendo aceitar e rejeitar propostas, constituir procuradores e firmar acordos, inclusive acordos aditivos; 6) Deliberar sobre a autorização a Diretoria da Entidade Sindical de impetrar Dissídio Coletivo Originário e/ou revisão de dissídio Coletivo, em caso de fracasso das negociações; 7) Deliberar sobre a conveniência ou não de serem realizados descontos assistenciais/confederativos dos empregados em favor do Sindicato suscitante para serem aplicadas na Assistência Social mantida pelo SINDICIL, conforme dispositivo constitucional; a) Discussão e deliberação sobre a fixação do valor, sistema de arrecadação e partilha da referida contribuição entre sindicato, Federação e Confederação; b) Discussão e fixação quanto a época de recolhimento da referida contribuição e também a fixação de penalidades para os casos de recolhimento em atraso. **Alerta:** ainda que esta instância tenha poderes deliberativos e que as decisões tomadas em escrutínio secreto, atingirão todos os integrantes da categoria profissional, independentemente do comparecimento. 8) Deliberar sobre a instituição da Comissão de Conciliação Prévia a que se refere a Lei nº. 9958 de 12/01/2000. Após verificação de número de Trabalhadores associados ou não, foi aberta a Assembleia pelo Presidente, que após discussão dos itens, colocou em votação, onde foram aprovados por unanimidade pelos presentes, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia, às vinte e uma horas e vinte minutos, onde cuja ata após lida, foi aprovada pelos presentes, e vai assinada por mim Secretário e pelo Presidente, os demais assinaram lista de presenças, que passa a fazer parte desta Ata. Torres, vinte e cinco de novembro de dois mil e dezesseis.

Confere com a original registrada no livro de Atas.

  
Adenildo Santos Gonçalves  
Presidente

  
Jonas Silveira  
Secretário